



# Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1995**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Techy Filho.

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO N° 584**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
Apoio: Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**ITEM 01**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mestres e Alunos de Informática - AMAI, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 02**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 015/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 005/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação da Resolução n° 043/94. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 024/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 048/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que cria 08 (oito) cargos de Procurador de Justiça no Quadro de Agentes do Ministério Público do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/95, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que objetiva reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1º de março de 1995. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA.  
Em Votação.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, na justificativa enviada para esta Casa, coloca que o 14,09 é um percentual médio de aumento em função do impacto financeiro e nós, como Deputados, acreditamos que são os cálculos feitos pelo Tribunal de Justiça e entendemos que provavelmente o Tribunal de Contas deva ter feito o mesmo cálculo uma vez que coincidiu com os 14.09 enviados para lá.

Então esse é o impacto financeiro da folha de pagamento de acordo com o Senhor Desembargador.

Diante disso, para não contrariar, diz o Senhor Desembargador: "O art. 37 inciso 10 da Constituição Federal é necessário acentuar que a perda acelerada da desvalorização da moeda e não obstante os esforços concentrados do Governo em frear a inflação, impõe a revisão da remuneração percentual pelo magistrado."

Ou seja, o próprio magistrado, no caso específico dele, entende que reajuste diferenciado fere o inciso 10 do art. 37 da Constituição Federal. Em função desse ser o entendimento do Senhor Desembargador e o mesmo entendimento da Bancada do PT, que apresentou emenda subscrita por outros Deputados, requeremos a V.Exa., que recorra-mos junto a V.Exa. que o Plenário desta Casa decida pela aceitação da emenda ou não de acordo com o estabelecido inclusive no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria Constitucional não há recurso para o plenário. Em todo o caso como fui liberal na votação passada, transformo as emendas ou a emenda do Deputado Rosinha em projeto à parte.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Gostaria somente que registrasse nos Anais de que a Bancada do PT, por achar que a forma do reajuste proposto à Assembléia Legislativa é inconstitucional e de que as emendas apresentadas pela Bancada, queria exatamente corrigir a inconstitucionalidade da Mensagem enviada pelo Tribunal de Justiça, Ministério Público na Assembléia Legislativa, gostaria que registrasse o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar que entendendo o cálculo e a constitucionalidade do aumento proposto pelo Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas da média ponderada e até nas argumentações ouvidas do Deputado Rosinha.

Nós votamos favorável ao Projeto, mas registramos o nosso desejo de que esse aumento fosse estendido aos servidores do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrada a manifestação do Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - As Bancadas de Situação que dão apoio ao Governo do Estado reconhecem de que os índices aos servidores tanto do Tribunal de Contas como do Poder Judiciário, também não são suficientes, como da mesma forma reconhecemos aqui em plenário o índice dado também para os servidores do Estado.

Mas é necessário reconhecer a atual situação em que se encontra o Estado e além do mais reconhecer que há uma autonomia de Poderes.

A Assembléia não cabe, evidentemente, colocar emendas e ela determinar os percentuais.

Podemos ter dúvidas, como levantou o Deputado Rosinha na Comissão de Finanças com relação ao número de funcionários, até que limite realmente chegou este cálculo do Tribunal de Contas.

Mas não cabe a nós, neste momento, alterar esses índices, cabe sim a responsabilidade àqueles que mandaram para esta Casa esta Mensagem.

O Governador do Estado não tem responsabilidade neste caso, mas tem a vigilância determinada também em cima desse caso como tem também a Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa cumpre com rigorosidade o seu percentual aqui dentro que é de 2%.

Não sabemos se os demais estão cumprindo. Mas fica na consciência deles, evidentemente, essa responsabilidade.

A nós cabe votarmos e tentar melhorar nas próximas votações um percentual melhor.

Mas de momento, entendemos nós, que não podemos aceitar emendas e conseqüentemente mudar qualquer índice de salário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 067/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que reajusta, conforme especifica a partir de 1° de março de 1995, Os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná. Com PARECER da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 068/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que reajusta os vencimentos dos Magistrados do Percentual de 14,09 (quatorze vírgula zero nove por cento). Com PARECER da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 069/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que reajusta conforme especifica os vencimentos dos servidores ativos e inativos dos servidores e adota outras providências. Com PARECER da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Com emenda do Deputado Rosinha e outros. A Mesa transforma em Projeto à parte.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ao analisar a justificativa enviada pelo Tribunal de Justiça a este Poder, tanto ao Anteprojeto de Lei 68/95, quanto o 69/95.

No 68/95 que já votamos, deixa claro na justificativa que é inconstitucional dar reajuste diferenciado.

O próprio Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, de acordo com sua justificativa e com o que já chamou a atenção o Deputado Nerone, demonstra que o ato é inconstitucional. Como nós vemos na justificativa do Projeto de Lei n° 69/95, escreve o Senhor Desembargador:

Outrossim, em cumprimento a decisão do mérito proferido no mandado de segurança, estabelece o número do mandado, não restou a esta Presidência outra alternativa se não de aplicar índice médio como decorrência do impacto financeiro na destinação dos índices referidos na proposta do Governo do Estado, conforme Mensagem n° 14/95.

Isto significa que o Presidente do Tribunal de Justiça faz uma justificativa sobre um projeto que ele não mandou porque na sua justificativa ele argumenta que o índice deve ser dado de 14,09 em obediência à Constituição Federal.

No entanto ele acaba mandando 10%.

Provavelmente e nós obtivemos informa-

ções que o Presidente do Tribunal de Justiça chegou a mandar uma Mensagem para cá, onde os servidores daquele Tribunal também perceberiam 14,09%, assim como os magistrados e que no entanto tal mensagem foi retirada a pedido.

Ficamos sabendo extra-oficialmente, não sabemos se verdadeira, do Senhor Governador Jaime Lerner e do Presidente desta Casa.

Senhores Deputados, ao analisar o mérito hoje na Comissão de Finanças, levantamos algumas questões e que a Plenária daquela Comissão aprovou desde que apresentemos por escrito um requerimento que o faremos já na próxima semana, que aquele Tribunal preste contas de qual o seu orçamento total e quais são as devidas saídas e para que essas saídas e que preste conta do número de servidores, suas funções e cargos e qual a remuneração individual de cada um.

Faremos isto e o Presidente daquela comissão encaminhará.

Sabemos que isto é necessário para que executemos nossas funções de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa.

Só assim nós poderemos dizer se o 14,09 é muito ou pouco. Se os 10% dos servidores é pouquíssimo ou não é nada.

Diz os magistrados que eles enviam esse reajuste diferenciado de 14% para eles em função de uma liminar de uma ação na justiça que ganharam já uma liminar.

Senhores Deputados, o sindicato dos servidores do Tribunal de Justiça, SINDIJUS, também já ganhou e no entanto aquele Tribunal não remete para cá a reposição. Acusava, sim, o ex-Governador Roberto Requião de não cumprimento das decisões judiciais. Será, levanto dúvidas, se nosso Tribunal de Justiça tem cumprido as decisões do Supremo Tribunal, conforme já falamos aqui desta Tribuna na semana passada...

Quanto ao mérito desta questão, no momento que tivermos todas as definições e informações financeiras, poderemos analisar com maior profundidade; mas quanto a constitucionalidade reconhece o próprio Presidente do Tribunal que é inconstitucional o reajuste diferenciado na sua justificativa.

Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa quer fazer conhecer o Deputado Rosinha que esta Assembléia não recebeu nenhuma Mensagem do Tribunal de Justiça.

Portanto, não é verdade que eu tenha solicitado devolução, nem o Governador.

A Mensagem que aqui chegou foi essa que nós estamos votando.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Obrigado pelo esclarecimento.

Levanta-se a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n° 69/95. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 070/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça. A partir de 1° de março de 1995, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

A emenda terá igual destino as outras duas. Em votação o Projeto de Lei 70/95, sem a emenda evidentemente.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, o Projeto, artigo por artigo.**

ITEM 12

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 071/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que reajusta o vencimento básico do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em 14,09% (quatorze vírgula zero nove por cento) a partir de 1° de março de 1995. Com PARECER da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Mensagem do Tribunal de Contas. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para que constasse, o Líder Angelo Vanhoni tinha apresentado o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e obviamente esse voto vale tanto para o item 07 quanto para o item 08, 09, 10, 11 e 12 dessa pauta, uma vez que o nosso parecer, todas as justificativas eram cabíveis a todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o óbvio ululante.  
Tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 584, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Cezar Silvestri, Élio Rusch, Toti Colaço, Luiz Carlos Romanelli, José Tavares, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Algaci Túlio e Antônio Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião e após requerida dispensa da leitura da ata anterior colocou-a em votação - APROVADA. Por não haver expediente passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução n° 05/95, de iniciativa do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 01/95 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 15/95 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 16/95 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 24/95 do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 48/95 do Ministério Público do Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Presidente Joel Coimbra. APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 55/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 56/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 60/95 do Tribunal de Contas do Estado. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cezar Silvestri - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 69/95 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 70/95 da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 32/95 do Deputado Caíto Quintana. O Deputado Nelson Justus, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei n° 23/95 do Deputado José Maria Ferreira. O Deputado Nelson Justus, Relator, requer conversão

em diligência - DEFERIDO; 14) Projeto de Lei n° 27/95 do Deputado Plauto Miró Guimarães. O Deputado Élio Rusch, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei n° 40/95 do Deputado Plauto Guimarães. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 16) Projeto de Lei n° 38/95, do Deputado Cleiton Kielse. O Deputado Geraldo Cartário, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei n° 58/95 do Deputado Anibal Khury. O Deputado Antônio Belinati, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 18) Projeto de Lei n° 47/95 do Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Antônio Belinati, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 19) Projeto de Lei n° 12/95, do Deputado Nelson Tureck. O Deputado Cezar Silvestri, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 20) Projeto de Lei n° 28/95 do Deputado Plauto Guimarães. O Deputado Relator Cezar Silvestri requer conversão em diligência - DEFERIDO; 21) Projeto de Lei n° 67/95 do Ministério Público do Paraná. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 68/95 do Tribunal de Justiça. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 71/95 do Tribunal de Contas do Estado. Parecer Favorável do Deputado Cezar Silvestri - APROVADO. O Senhor Presidente passa a palavra para o Deputado José Tavares que sugere seja feita uma pauta dos projetos que serão relatados nas reuniões dessa Comissão. O Deputado Luiz Cláudio Romanelli registra seu repúdio com relação ao aumento diferenciado contido no Projeto de Lei do Tribunal de Justiça. O Deputado Eduardo Trevisan esclarece que o mérito não é objeto de análise nessa Comissão e sim o aspecto constitucional, legal, regimental. O Deputado Nelson Justus diz concordar com os Deputados e que durante quatro anos foi Membro dessa Comissão e sempre fez seus pareceres. Concorda com o Deputado Luiz Cláudio Romanelli com relação ao aumento diferenciado, mas abre mão de seu direito de solicitar vistas desse Projeto de Lei para não prejudicar ninguém, uma vez que dificultaria a implantação para esse mês. O Deputado Geraldo Cartário pede a palavra e diz que os Projetos relatados nessa reunião são na maioria de Utilidade Pública, não se importando com os pareceres prontos, mas que deseja daqui para a frente fazer os seus e com respeito aos valores do aumento cabe à Comissão de

Finanças discutir. Na sua opinião, essa Comissão agiu de maneira correta. O Deputado Emerson Nerone levanta questão de ordem: O Poder Executivo mandou Mensagem com aumento diferenciado para várias categorias e pergunta se o Poder Judiciário não deveria ter procedido da mesma maneira, em um só Projeto de Lei. O Senhor Presidente respondeu ser o Poder Judiciário autônomo e independente. O Deputado Nelson Justus toma a liberdade, em nome de todos, desejar ao Senhor Presidente felicidade na sua gestão frente a essa Comissão e parabenizar essa assessoria. O Presidente agradece e manifesta seu desejo de um bom desempenho na Comissão, aproveitando a oportunidade para marcar a próxima reunião, terça-feira, como de praxe as 13:30 horas. Nesse momento a Presidência dessa Comissão foi alertada pela Diretoria Legislativa que o Poder Judiciário informava através de telefonema um lapso no ofício encaminhado e que estaria enviando outro coerente com o texto do Projeto de Lei do Tribunal de Justiça. O Deputado José Tavares faz menção a boa vontade da Comissão em fazer essa reunião para apreciar tais projetos, mas esse problema é de extrema gravidade, devendo essa Comissão ser mais prudente. Sugere suspender e desconsiderar decisão tomada e analisar melhor na próxima reunião. O Deputado Nelson Justus concorda e sugere que o Senhor Presidente avoque tal Projeto, pois se o Tribunal se manifestou de maneira errada deverá arcar com o ônus. O Deputado José Tavares acredita que os outros projetos também podem estar prejudicados sendo melhor incluí-los nessa decisão. Após consulta ao Plenário, a Presidência decidiu submeter a nova votação os Projetos de n° 67/95, 68/95 e 71/95 (itens 21, 22 e 23 dessa ata), na reunião ordinária de terça-feira próxima, dia 28 do corrente mês, onde as devidas correções deverão ter sido feitas por parte do Poder Judiciário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) Dep. JOEL COIMBRA  
Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA  
Secretária  
Assinaturas ilegíveis